

Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira

DIREITO ANIMAL EM XEQUE

**Precedentes Judiciais e
Reação Legislativa**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**A revisão ortográfica e gramatical dessa obra realizou-se
 sob o encargo e responsabilidade da própria autora.**

ISBN: 978-85-362-8207-7

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

F383 Ferreira, Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães.
 Direito animal em cheque: precedentes judiciais e reação
 legislativa./ Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães
 Ferreira./ Curitiba: Juruá, 2018.
 352p.

1. Direitos dos animais. 2. Animais – Proteção. I. Título.

CDD 344.049 (22.ed)
 CDU 351.777.6

00062

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	27
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	29
INTRODUÇÃO	31
Capítulo 1 – O MICROSSISTEMA DE PRECEDENTES NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	43
1.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS DA IMPRESCINDIBILIDADE DO RESPEITO AOS PRECEDENTES: O <i>COMMON LAW</i> NA INGLATERRA E NOS ESTADOS UNIDOS	44
1.2 O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO, SUAS RAÍZES NA FAMÍLIA DO <i>CIVIL LAW</i> E SUAS APROXIMAÇÕES COM <i>COMMON LAW</i>	64
1.3 O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E AS SUAS NORMAS FUNDAMENTAIS DE PROCESSO: UM CAMINHO DE RESPEITO AO SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS	75
1.4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE MICROSSISTEMA DE PRECEDENTES NO BRASIL	79
1.5 A EFICÁCIA DOS PRECEDENTES: A FORÇA VINCULANTE E A PERSUASIVA NO BRASIL	81
1.6 DOS PRECEDENTES VINCULANTES E OS ELEMENTOS CARACTERIZADORES	85
1.7 ELEMENTOS DA NORMA EMERGENTE DOS PRECEDENTES: <i>RATIO DECIDENDI</i> E <i>OBTER DICTA</i> NOS MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO DA <i>HOLDING</i>	91
1.8 MÉTODOS DE APLICAÇÃO E SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES: <i>DISTINGUISHING</i> E <i>OVERRULING</i>	103
1.9 A NORMA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL	111
1.10 CLASSIFICAÇÃO DOS PRECEDENTES	115

1.11	A TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES	119
1.11.1	Considerações Gerais	120
1.11.2	Transcendência dos Motivos, Eficácia <i>Erga Omnes</i> , Efeito Vinculante	128
Capítulo 2 –	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A NECESSIDADE DE UMA CORTE CONSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA PARA ASSEGURAR A SEGURANÇA E A COERÊNCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA	133
2.1	UMA TENTATIVA DE CONCEITUAR O CONSTITUCIONALISMO	133
2.2	ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DO CONSTITUCIONALISMO	139
2.3	NEOCONSTITUCIONALISMO: O ATUAL MOMENTO CONSTITUCIONAL	144
2.4	UM ESTUDO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	152
2.5	BREVÍSSIMAS ANOTAÇÕES SOBRE OS PRECEDENTES HISTÓRICOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	158
2.6	MODALIDADES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	160
2.6.1	Controle Difuso de Constitucionalidade	161
2.6.2	Controle Concentrado de Constitucionalidade	166
2.6.2.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI	167
2.6.2.2	Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC ..	173
2.6.2.3	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF	175
2.7	AS TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	176
2.8	A MESCLA DE ATRIBUIÇÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A NECESSIDADE DE UMA CORTE CONSTITUCIONAL	181
2.9	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL APENAS UM GUARDIÃO	184

2.10	O EFEITO TRANSCENDENTAL DOS MOTIVOS DETERMINANTES DA DECISÃO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO E DIFUSO: CONSIDERAÇÕES ..	191
2.11	A REVERSÃO JURISPRUDENCIAL POR REAÇÃO LEGISLATIVA	199
2.12	A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL PORTUGUESA: UM MODELO PRIMOROSO	205
2.12.1	Considerações Gerais sobre o Sistema de Constitucionalidade em Portugal.....	206
2.12.2	A Fiscalização Concreta da Constitucionalidade e Abstrata da Inconstitucionalidade por Ação	210
Capítulo 3 – A CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS: UM OBJETO DE ESTUDO PARA A CULTURA E O DIREITO		
3.1	ANTROPOCENTRISMO, BIOCENRISMO E ECOCENRISMO	222
3.2	O DIREITO À CULTURA E ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	234
3.3	POR QUE VEDAR MANIFESTAÇÕES CULTURAIS QUE IMPORTEM EM CRUELDADE AOS ANIMAIS?.....	238
3.4	A DIFÍCIL DEFINIÇÃO DA CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS	241
3.4.1	Em Busca de um Conceito para Crueldade no Direito Animal.....	241
3.5	A CRUELDADE E OS PRECEDENTES NO DIREITO BRASILEIRO.....	249
3.5.1	A Crueldade: a Briga de Galos e a Farra do Boi	250
3.5.2	A Crueldade e a Vaquejada	256
Capítulo 4 – A TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UM ESTUDO A PARTIR DO DIREITO ANIMAL		
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		307
REFERÊNCIAS		325
ÍNDICE REMISSIVO.....		339